

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO
DE Nº. 20/2021

“Institui no Município de Irauçuba o 'Programa de Cooperação' e o 'Código Sinal Vermelho' contra a Violência e dá outras providências”.

A Vereadora do Município de Irauçuba/Ceará, **TÂNIA MARIA FONTENELE ALVES**, no uso de suas atribuições legais e devidamente amparada pelo que lhe assegura o art. 112, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irauçuba, **DECRETA**:

Art. 1º. - Fica instituído no Município de Irauçuba o "Programa de Cooperação" e o "Código Sinal Vermelho", como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica conforme a Lei Federal nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha" e Lei nº. 14.188/2021, que cria o "Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e Familiar".

Parágrafo Único – O código “sinal vermelho” constitui forma de pedido de socorro e ajuda pelo qual a vítima pode dizer: “sinal vermelho” ou sinalizar e efetivar o pedido de socorro e ajuda expondo a mão com uma marca no centro, na forma de um “X”, feita com caneta, batom, ou outro material acessível, se possível na cor vermelha, a ser mostrada com a mão aberta, para a clara comunicação do pedido.

Art. 2º. - O protocolo básico e mínimo do Programa de que trata esta Lei consiste em que, ao identificar o pedido de socorro e ajuda, por meio da visualização da marca, conforme descrito no parágrafo único do art. 1º. dessa Lei, ou ao ouvir o código “sinal vermelho”, o atendente de farmácias, repartições públicas e instituições privadas, portarias e condomínios, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas comerciais ou supermercados, coletando o nome da vítima, seu endereço ou telefone, ligue imediatamente para os números 190 (Emergência da Polícia Militar) e 180 (Central de Atendimento à Mulher), ou utilizar outro meio de comunicação a ser divulgado e que venham a ser incorporados para reportar a situação.

Art. 3º. - Fica o Poder Executivo do Município de Irauçuba autorizado a promover ações para integração e cooperação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, órgãos de segurança pública, a Associação dos Magistrados Brasileira - AMB, a Associação Cearense de Magistrados - ACM, Associação Cearense do Ministério Público - ACMP, o Conselho Nacional de

Justiça - CNJ, associações e ONG's nacionais e internacionais, representantes ou entidades representativas de farmácias, repartições públicas e instituições privadas, portarias de condomínios, hotéis, pousadas, bares restaurantes, lojas comerciais, supermercados, objetivando a promoção e efetivação do Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho contra a violência e de outras formas de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher conforme o disposto no art. 8º. da Lei Federal no. 11.340, de 2006 e no que couber da Lei Federal 14.188 de 2021.

Parágrafo único - O poder Executivo do Município de Irauçuba deve promover ações necessárias a fim de viabilizar protocolos de assistência e segurança às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a serem aplicados a partir do momento que tenha sido efetuado o pedido de socorro.

Art. 4º- O Poder Executivo do Município de Irauçuba deve regulamentar esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessão da Câmara Municipal de Irauçuba, em 02 de dezembro de 2021.

TÂNIA MARIA FONTENELE ALVES
Vereadora de Irauçuba

JUSTIFICATIVA

Os tempos de pandemia tem evidenciado o problema da violência doméstica com sua intensificação em diversas regiões do Brasil. É nos municípios que as coisas acontecem na prática e não somos uma ilha.

As propostas e ações de combate a violência doméstica tem surgido em diversos segmentos sociais no Brasil e em outros países, sendo que em Caeté não temos nos omitido nesta luta. A campanha lançada em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ em conjunto com a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, intitulada de "Sinal Vermelho" de ajuda às vítimas de violência doméstica na pandemia, com o objetivo de oferecer um canal silencioso que às mulheres com um gesto, qual seja, mostrar um 'X' na palma da mão, pedir socorro em farmácias se mostrou exitoso e com propostas que geraram Leis Municipais e Estaduais neste sentido, bem como a Lei Federal n. 14.188, deste ano em curso, que cria o programa em tela e também inclui no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) o crime de violência psicológica contra a mulher.

Em consonância Lei Federal n. 11.340, de 2006 e da Lei Federal n. 14.188 de 2021, apresento o presente projeto de lei, para o qual, conclamo os nobres pares pela sua aprovação.

Data supra.

LEI DO LEGISLATIVO DE Nº. 20/2021

“Institui no Município de Irauçuba o 'Programa de Cooperação' e o 'Código Sinal Vermelho' contra a Violência e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, nos termos do art. 187, do Regimento Interno:

Art. 1º. - Fica instituído no Município de Irauçuba o "Programa de Cooperação" e o "Código Sinal Vermelho", como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência doméstica conforme a Lei Federal nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha" e Lei nº. 14.188/2021, que cria o "Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e Familiar".

Parágrafo Único – O código “sinal vermelho” constitui forma de pedido de socorro e ajuda pelo qual a vítima pode dizer: “sinal vermelho” ou sinalizar e efetivar o pedido de socorro e ajuda expondo a mão com uma marca no centro, na forma de um “X”, feita com caneta, batom, ou outro material acessível, se possível na cor vermelha, a ser mostrada com a mão aberta, para a clara comunicação do pedido.

Art. 2º. - O protocolo básico e mínimo do Programa de que trata esta Lei consiste em que, ao identificar o pedido de socorro e ajuda, por meio da visualização da marca, conforme descrito no parágrafo único do art. 1º. dessa Lei, ou ao ouvir o código “sinal vermelho”, o atendente de farmácias, repartições públicas e instituições privadas, portarias e condomínios, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas comerciais ou supermercados, coletando o nome da vítima, seu endereço ou telefone, ligue imediatamente para os números 190 (Emergência da Polícia Militar) e 180 (Central de Atendimento à Mulher), ou utilizar outro meio de comunicação a ser divulgado e que venham a ser incorporados para reportar a situação.

Art. 3º. - Fica o Poder Executivo do Município de Irauçuba autorizado a promover ações para integração e cooperação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, órgãos de segurança pública, a Associação dos Magistrados Brasileira - AMB, a Associação Cearense de Magistrados - ACM, Associação Cearense do Ministério Público - ACMP, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, associações e ONG's nacionais e internacionais, representantes ou entidades representativas de farmácias, repartições públicas e instituições privadas,

portarias de condomínios, hotéis, pousadas, bares restaurantes, lojas comerciais, supermercados, objetivando a promoção e efetivação do Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho contra a violência e de outras formas de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher conforme o disposto no art. 8º. da Lei Federal no. 11.340, de 2006 e no que couber da Lei Federal 14.188 de 2021.

Parágrafo único - O poder Executivo do Município de Irauçuba deve promover ações necessárias a fim de viabilizar protocolos de assistência e segurança às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a serem aplicados a partir do momento que tenha sido efetuado o pedido de socorro.

Art. 4º- O Poder Executivo do Município de Irauçuba deve regulamentar esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Câmara Municipal de Irauçuba, aos 13 dias de mês de dezembro de 2021.

ROGÉRIO BARBOSA MESQUITA
Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Irauçuba